

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

1

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
	<p>Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.</p>	<p>Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.035, de 1º de outubro de 2009; e revoga dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias.</p>
	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>
<b>Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</b>	<p><b>Art. 1º</b> A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p><b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>
<p><b>Art. 7º</b> Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a>, à alíquota de 2% (dois por cento):</p>	<p>“<b>Art. 7º</b> Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento):</p>	<p>“<b>Art. 7º</b> Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:</p>
.....	.....” (NR)	.....”(NR)
		<p><b>Art. 7º-A</b> A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I e as constantes dos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento).”</p>
<p><b>Art. 8º</b> Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 1% (um por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212,</p>	<p>“<b>Art. 8º</b> Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as</p>	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

2

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
de 24 de julho de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.	art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.	empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.
.....	..... " (NR)	.....
§ 3º O disposto no caput também se aplica às empresas:		§ 3º .....
.....		.....
II - de transporte aéreo de carga;		II — de transporte aéreo de carga e de serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga;
III - de transporte aéreo de passageiros regular;		III — de transporte aéreo de passageiros regular e de serviços auxiliares ao transporte aéreo de passageiros regular;
.....		..... " (NR)
		<b>“Art. 8º-A</b> A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 8º será de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas constantes dos incisos II a IX e XIII a XVI do § 3º do art. 8º e para as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi nos códigos 6309.00, 64.01 a 64.06 e 87.02, exceto 8702.90.10, que contribuirão à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), e para as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi nos códigos 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09, 02.10.1, 0210.99.00, 03.03, 03.04, 0504.00, 05.05, 1601.00.00, 16.02, 1901.20.00 Ex 01, 1905.90.90 Ex 01 e 03.02, exceto 0302.90.00, que contribuirão à alíquota de 1% (um por cento).”
		<b>“Art. 8º-B</b> Ficam excluídas do art. 8º-A as empresas que fabricam os produtos nos códigos NCM mencionados no Anexo III, que poderão contribuir à

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

3

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
		alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre a receita bruta prevista no art. 8º.”
<b>Art. 9º</b> Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:  ..... § 12. As contribuições referidas no caput do art. 7º e no caput do art. 8º podem ser apuradas utilizando-se os mesmos critérios adotados na legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para o reconhecimento no tempo de receitas e para o diferimento do pagamento dessas contribuições.	“ <b>Art. 9º</b> .....	“ <b>Art. 9º</b> .....
	§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para todo o ano-calendário.	§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para todo o ano calendário.
	§ 14. Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a <b>agosto</b> de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para o restante do ano.	§ 14. Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a <b>novembro</b> de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para o restante do ano.
	§ 15. A opção de que tratam os §§ 13 e 14, no caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas <b>no art. 7º e no art. 8º</b> , valerá para ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas.	§ 15. A opção de que tratam os §§ 13 e 14, no caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas <b>nos arts. 7º e 8º</b> , valerá para ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas.

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

4

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
	§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do caput do art. 7º, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento.”(NR)	§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do caput do art. 7º, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento.
		§ 17. No caso de empresas que se dediquem a atividades ou fabriquem produtos sujeitos a alíquotas sobre a receita bruta diferentes, o valor da contribuição será calculado mediante aplicação da respectiva alíquota sobre a receita bruta correspondente a cada atividade ou produto.”(NR)
	<b>Art. 2º</b> A contribuição de que trata o caput do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, permanecerá com a alíquota de dois por cento até o encerramento das obras referidas:	<b>Art. 2º</b> A contribuição de que trata o caput do art. 7º da <a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</a> , permanecerá com a alíquota de 2% (dois por cento) até o encerramento das obras referidas:
	I - no inciso II do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011;	I — no inciso II do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de <a href="#">14 de dezembro de 2011</a> ;
	II - no inciso III do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, nos casos em que houve opção pelo recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta; e	II — no inciso III do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de <a href="#">14 de dezembro de 2011</a> , nos casos em que houve opção pelo recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta; e
	III - no inciso IV do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, matriculadas no Cadastro Específico do INSS - CEI até o dia anterior à data da vigência do art. 1º desta Lei.	III — no inciso IV do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de <a href="#">14 de dezembro de 2011</a> , matriculadas no Cadastro Específico do INSS - CEI até o dia anterior à data da vigência do art. 1º desta Lei.
<b>Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011</b>	<b>Art. 3º</b> A Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
<b>Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil	“ <b>Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
poderá exigir a aplicação do disposto no <a href="#">art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> , aos estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo <a href="#">Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011</a> , não mencionadas no <a href="#">art. 14 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> . <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	poderá exigir a aplicação do disposto no art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, aos estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, não mencionadas no art. 14 da Lei nº 13.097, de 2015.” (NR)	
<b>Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014</b>	<b>Art. 4º</b> A Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 13. Fica instituída taxa pela utilização: .....	“Art.13. .... .....	
II - dos equipamentos contadores de produção de que tratam os <a href="#">arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007</a> , e o <a href="#">art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> . <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	II - dos equipamentos contadores de produção de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	
.....	.....	
§ 2º Os valores devidos pela cobrança da taxa são estabelecidos em: .....	§ 2º .... .....	
IV - R\$ 0,03 (três centavos de real) por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção de que trata o <a href="#">art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> . <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	IV - R\$ 0,03 (três centavos de real) por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção de que trata o art. 35 da Lei nº 13.097, de 2015.	
.....	.....	
§ 4º A taxa deverá ser recolhida pelos contribuintes a	§ 4º A taxa deverá ser recolhida pelos contribuintes a	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

6

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
ela obrigados, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - <b>DARF</b> em estabelecimento bancário integrante da rede arrecadadora de receitas federais: <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	ela obrigados, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - <b>Darf</b> em estabelecimento bancário integrante da rede arrecadadora de receitas federais:	
I - previamente ao recebimento dos selos de controle pela pessoa jurídica obrigada à sua utilização; ou <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	I - previamente ao recebimento dos selos de controle pela pessoa jurídica obrigada à sua utilização; ou	
II - mensalmente, até o vigésimo quinto dia do mês, em relação aos produtos controlados pelos equipamentos contadores de produção no mês anterior. <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	II - mensalmente, até o <b>25º (vigésimo quinto)</b> dia do mês, em relação aos produtos controlados pelos equipamentos contadores de produção no mês anterior.	
.....	.....	
§ 6º O fornecimento do selo de controle à pessoa jurídica obrigada à sua utilização fica condicionado à comprovação do recolhimento de que trata o inciso I do § 4º, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas na legislação vigente. <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	§ 6º O fornecimento do selo de controle à pessoa jurídica obrigada à sua utilização fica condicionado à comprovação do recolhimento de que trata o inciso I do § 4º, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas na legislação vigente.	
I - (Revogado); <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015)</a>		
II - (Revogado). <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015)</a>		
§ 7º A não realização do recolhimento de que trata o inciso II do § 4º por três meses ou mais, consecutivos ou alternados, no período de doze meses, implica interrupção pela Casa da Moeda do Brasil da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos contadores de produção, caracterizando prática	§ 7º A não realização do recolhimento de que trata o inciso II do § 4º por três meses ou mais, consecutivos ou alternados, no período de doze meses, implica interrupção pela Casa da Moeda do Brasil da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos contadores de produção, caracterizando prática	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

7

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
prejudicial ao seu normal funcionamento, sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o <a href="#">art. 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. (Redação dada pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	prejudicial ao seu normal funcionamento, sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o art. 30 da Lei nº 11.488, de 2007.	
§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir normas complementares para a aplicação do disposto neste artigo. <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015)</a>	§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir normas complementares para a aplicação do disposto neste artigo.” (NR)	
<b>Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</b>	<b>Art. 5º</b> A Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 3º</b> A <a href="#">Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 3º</b> Para gozar dos benefícios tributários referidos nesta Lei, o CIO, as empresas vinculadas ao CIO, o CAS, a WADA, os Comitês Olímpicos Nacionais, as federações desportivas internacionais, as empresas de mídia e transmissores credenciados, os patrocinadores dos Jogos, os prestadores de serviços do CIO e os prestadores de serviços do RIO 2016 devem estabelecer-se no Brasil caso efetuem, ainda que somente para organização ou realização dos Jogos, uma das seguintes atividades:		“ <b>Art. 3º</b> .....
.....		
		§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, a atuação das pessoas jurídicas de que trata o caput no Brasil em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos não configura estabelecimento permanente.
		§ 2º O estabelecimento no Brasil da pessoa jurídica domiciliada no exterior contratada pelo Rio 2016 para prestar serviços de captação e transmissão de imagens de televisão dos Eventos de que trata esta Lei será realizado exclusivamente por meio de cadastro perante

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

8

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
		as administrações tributárias federal, estadual e municipal, nos termos por elas estabelecidos.
		§ 3º As pessoas jurídicas de que tratam o § 2º deste artigo e os incisos I a VI do § 2º do art. 4º, domiciliadas no exterior, ficam dispensadas da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social — GFIP, quando não houver a contratação de pessoas físicas, com ou sem vínculo empregatício.
Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dispor sobre procedimentos diferenciados e simplificados para o estabelecimento no Brasil das pessoas jurídicas tratadas no caput.		§ 4º O Poder Executivo poderá dispor sobre procedimentos diferenciados e simplificados para o estabelecimento no Brasil das pessoas jurídicas tratadas no caput.”(NR)
Art. 4º Fica concedida, na forma estabelecida em regulamento, isenção do pagamento de tributos federais incidentes nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos, tais como:	“Art. 4º .....	“Art. 4º .....
.....	.....	.....
§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis de que trata o art. 4º cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).	§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis:	§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis:
I - cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00	I - cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00	I — cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio — GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

9

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
(cinco mil reais); ou	(cinco mil reais); ou	(cinco mil reais); ou
II - em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do caput do art. 6º.	II - em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do caput do art. 6º.	II — em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do caput do art. 6º.
§ 5º (VETADO).	.....	.....
	§ 6º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deverão ser transferidos aos donatários até 31 de dezembro de 2017.	§ 6º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deverão ser transferidos aos donatários até 31 de dezembro de 2017.
	§ 7º Até a data prevista no § 6º, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do caput do art. 6º.	§ 7º Até a data prevista no § 6º, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do caput do art. 6º.
	§ 8º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:	§ 8º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:
	I - o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e	I - o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e
	II - a comprovação de inexistência de similar nacional.	II - a comprovação de inexistência de similar nacional.
	§ 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo.” (NR)	§ 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo.”(NR)
<b>Art. 5º</b> A isenção de que trata o art. 4º não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.	“ <b>Art. 5º</b> A isenção de que trata o art. 4º, ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º, não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.	“ <b>Art. 5º</b> A isenção de que trata o art. 4º, ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º, não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.
§ 1º O Regime de que trata o caput é aplicável, entre	§ 1º O Regime de que trata o caput pode ser utilizado	§ 1º O Regime de que trata o caput pode ser utilizado

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

10

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
outros, aos seguintes bens duráveis:	pelos entes referidos no § 2º do art. 4º, alcançando, entre outros, os seguintes bens duráveis:	pelos entes referidos no § 2º do art. 4º, alcançando, entre outros, os seguintes bens duráveis:
.....	.....	.....
III - equipamento médico; e	III - equipamento médico;	III - equipamento médico;
IV - equipamento técnico de escritório;	IV - equipamento técnico de escritório; e	IV - equipamento técnico de escritório; e
	V - embarcações destinadas a hospedagem de pessoas que atuarão na organização e execução dos Eventos.	V - embarcações destinadas à hospedagem de pessoas que atuarão na organização e execução dos Eventos.
§ 2º Na hipótese prevista no caput, será concedida suspensão total dos tributos federais relacionados no § 1º do art. 4º, inclusive em caso de bens admitidos temporariamente no País para utilização econômica, observados os requisitos e as condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.	..... ” (NR)	..... ”(NR)
<b>Art. 12.</b> Ficam isentos do pagamento do IPI, na forma estabelecida em regulamento, os produtos nacionais adquiridos pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou realização dos Eventos.	“ <b>Art. 12</b> .....	“ <b>Art. 12</b> .....
.....	.....	.....
§ 3º A isenção prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.		
	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o caput a expressão: “Saída com isenção do IPI”, com a	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o caput a expressão: “Saída com isenção do IPI”, com a

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

11

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
	especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.” (NR)	especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.”(NR)
<b>Art. 13.</b> Fica suspenso o pagamento do IPI incidente sobre os bens duráveis adquiridos diretamente de estabelecimento industrial, para utilização nos Eventos, pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.	“ <b>Art. 13.</b> .....	“ <b>Art. 13.</b> .....
..... § 3º A suspensão prevista neste artigo será aplicada, também, nos casos de doação e dação em pagamento, e de qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.	.....	.....
	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o caput a expressão: “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.” (NR)	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o caput a expressão: ‘Saída com suspensão do IPI’, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.”(NR)
<b>Art. 14.</b> As vendas de mercadorias e a prestação de serviços ocorridas no mercado interno para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º destinadas exclusivamente à organização ou à realização dos Eventos serão efetuadas com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.	“ <b>Art. 14.</b> .....	“ <b>Art. 14.</b> .....
..... § 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo das mercadorias ou serviços, de que trata o caput, nas finalidades previstas nesta Lei.	§ 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo nas finalidades previstas no caput das mercadorias ou serviços adquiridos, locados	§ 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo nas finalidades previstas no caput das mercadorias ou serviços adquiridos, locados

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

12

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
	ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da mencionada suspensão.	ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da mencionada suspensão.
§ 3º Ficam as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º obrigadas solidariamente a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição ou contratação, caso não utilizem as mercadorias, serviços e direitos nas finalidades previstas nesta Lei.	§ 3º Ficam as pessoas mencionadas no caput obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição ou contratação, caso não utilizem as mercadorias, serviços e direitos nas finalidades previstas nesta Lei.	§ 3º Ficam as pessoas mencionadas no caput obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição ou contratação, caso não utilizem as mercadorias, serviços e direitos nas finalidades previstas nesta Lei.
§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.	§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, locados ou arrendados, serviços contratados, e direitos recebidos em cessão diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.	§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, locados ou arrendados, serviços contratados, e direitos recebidos em cessão diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.
.....	.....	.....
§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá relacionar os bens passíveis de aplicação dos benefícios previstos neste artigo.	§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá limitar a aplicação dos benefícios previstos neste artigo em relação a determinados bens, serviços ou direitos.	§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá limitar a aplicação dos benefícios previstos neste artigo em relação a determinados bens, serviços ou direitos.
	§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (leasing) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas mencionadas no caput para utilização exclusiva na organização ou na realização dos Eventos.	§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (leasing) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas mencionadas no caput para utilização exclusiva na organização ou na realização dos Eventos.
	§ 9º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão: "Venda efetuada com	§ 9º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão: "Venda efetuada com

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

13

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
	suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins <sup>7</sup> , com a especificação do dispositivo legal correspondente.” (NR)	suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins <sup>7</sup> , com a especificação do dispositivo legal correspondente.”(NR)
<b>Art. 15.</b> A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º, quando domiciliadas no Brasil, na forma do <a href="#">art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002</a> , e do <a href="#">art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a> .	“ <b>Art. 15.</b> Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 8º a 10, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de atividades diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º, quando domiciliadas no Brasil, na forma do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.” (NR)	“ <b>Art. 15.</b> Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 8º a 10, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de atividades diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º, quando domiciliadas no Brasil, na forma do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.”(NR)
<b>Art. 18.</b> Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País.	“ <b>Art. 18.</b> Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, arrendamento mercantil (leasing) e empréstimo de bens, e de cessão de direitos efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.	“ <b>Art. 18.</b> Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, arrendamento mercantil (leasing) e empréstimo de bens, e de cessão de direitos efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.
.....	..... ” (NR)	..... ”(NR)
<b>Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</b>		<b>Art. 4º</b> O art. 6º-A da <a href="#">Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 6º-A.</b> As operações realizadas com recursos advindos da integralização de cotas no FAR e recursos transferidos ao FDS, conforme previsto no inciso II do <b>caput</b> do art. 2º, são limitadas a famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00 (mil trezentos e noventa e cinco reais), e condicionadas a:		“ <b>Art. 6º-A</b> .....
.....		.....
§ 3º Serão dispensadas, na forma do regulamento, a participação financeira dos beneficiários de que trata o inciso I do <b>caput</b> e a cobertura a que se refere o inciso		§ 3º .....

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

14

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
III do <b>caput</b> nas operações com recursos advindos da integralização de cotas no FAR, quando essas operações:		
.....		.....
IV - forem vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo Poder Público municipal ou estadual, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016, de que trata a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009. ( <a href="#">Incluído pela Medida Provisória nº 679, de 23 de junho de 2015</a> )	IV — forem vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo poder público municipal ou estadual, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016, de que trata a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.	
.....		.....
§ 10. Nos casos de operações previstas no inciso IV do § 3º, fica dispensado o atendimento aos dispositivos estabelecidos no art. 3º e caberá ao Poder Público municipal ou estadual restituir integralmente os recursos aportados pelo FAR no ato da alienação do imóvel a beneficiário final cuja renda familiar mensal exceda o limite estabelecido no <b>caput</b> . ( <a href="#">Incluído pela Medida Provisória nº 679, de 23 de junho de 2015</a> )	§ 10. Nos casos de operações previstas no inciso IV do § 3º, fica dispensado o atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo art. 3º, cabendo ao poder público municipal ou estadual restituir integralmente os recursos aportados pelo FAR, no ato da alienação do imóvel a beneficiário final cuja renda familiar mensal exceda o limite estabelecido no caput <b>deste artigo.</b> ”(NR)	
<b>Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009</b>		<b>Art. 5º A</b> <a href="#">Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009</a> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:
<b>Art. 5º</b> O Poder Executivo poderá revisar instrumentos bilaterais e unilaterais, que tenham por objeto a utilização, de forma precária ou não, de bens, de imóveis ou de equipamentos pertencentes à União e a suas autarquias,	<b>Art. 5º</b> É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da administração federal direta ou indireta para atividades relacionadas à	“ <b>Art. 5º-A</b> É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da Administração Federal Direta ou Indireta, para atividades relacionadas à

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

15

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
<del>indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 679, de 23 de junho de 2015)</del>		realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.”
<b>Art. 6º</b> As autoridades federais, no âmbito de suas atribuições legais, deverão atuar no controle, fiscalização e repressão de atos ilícitos que infrinjam os direitos sobre os símbolos relacionados aos Jogos Rio 2016.		
	<b>Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nesta Lei.	<b>Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nesta Lei.
	<b>Art. 7º</b> Esta Lei entra em vigor:	<b>Art. 7º</b> Esta Lei entra em vigor:
	I - <del>no</del> primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto ao art. 1º;	I - <del>a partir do</del> primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação quanto aos arts. 1º e 2º;
	II - a partir de 1º de maio de 2015, quanto aos arts. 3º e 4º; e	
	III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.	II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.
<b>Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</b>	<b>Art. 8º</b> Ficam revogados a partir de 1º de maio de 2015, os arts. 52 a 54 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.	<b>Art. 8º</b> Ficam revogados:  I - a partir de 1º de maio de 2015, os arts. 52 a 54 da <u>Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</u> ;
<b>Art. 52.</b> Fica instituído Regime Aduaneiro Especial de Importação de embalagens referidas na <u>alínea b do inciso II do caput do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</u> , que permite a apuração da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação utilizando-se as		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

16

Legislação	Proposta do Poder Executivo	Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)
<p>alíquotas previstas:</p> <p>I - na <a href="#">alínea b do inciso II do caput do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a>, no caso de importação de embalagens destinadas ao envasamento de água e refrigerante;</p> <p>II - nos <a href="#">incisos I e II do caput do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</a>, no caso de importação de embalagens destinadas ao envasamento de outros produtos.</p> <p>Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, as condições necessárias para a habilitação ao regime de que trata o caput deste artigo.</p> <p><b>Art. 53.</b> Somente poderá habilitar-se ao regime de que trata o art. 52 desta Lei a pessoa jurídica comercial que importe as embalagens nele referidas para revendê-las diretamente a pessoa jurídica industrial.</p> <p>Parágrafo único. A pessoa jurídica industrial será responsável solidária com a pessoa jurídica comercial importadora com relação ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.</p> <p><b>Art. 54.</b> Se no registro da Declaração de Importação - DI a pessoa jurídica comercial importadora, habilitada ao regime de que trata o art. 52 desta Lei, desconhecer a destinação das embalagens, o recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação será realizado por estimativa tendo por base as vendas dos últimos 3 (três) meses. <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 11.774, de 2008)</a></p> <p>§ 1º Ocorrendo recolhimento a menor da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da</p>		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)

17

<b>Legislação</b>	<b>Proposta do Poder Executivo</b>	<b>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863, de 2015, na Casa de origem)</b>
<p>Cofins-Importação, em função da destinação dada às embalagens após sua importação, a diferença, no período de apuração em que se verificar, será recolhida ao Tesouro Nacional com o acréscimo de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados desde a data do registro da Declaração de Importação - DI.</p> <p>§ 2º Se, durante o período de 12 (doze) meses anteriores ao mês de importação, em função da estimativa, por 4 (quatro) meses de apuração consecutivos ou 6 (seis) alternados, ocorrer em cada mês recolhimento a menor da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação superior a 20% (vinte por cento) do valor devido, a pessoa jurídica comercial importadora será excluída do regime.</p>		
<b>Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009</b>		II — a partir da data de publicação desta Lei, o art. 15 da <a href="#">Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009</a> .
<p><b>Art. 15.</b> Fica autorizada a destinação de recursos para cobrir eventuais défices operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, a partir da data de sua criação, desde que atenda às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e esteja prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.</p> <p>Parágrafo único. Os Ministérios do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda serão ouvidos, previamente, diante de cada solicitação de destinação de recursos ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.</p>		